

A Fundação Leão XIII e a Formação da Vontade Coletiva Urbano-Industrial Subordinada: educação para a favela (1947-1964)

Reginaldo Scheuermann Costa¹

Resumo

Apresento, neste artigo, uma discussão a respeito do conceito de “vontade coletiva” em Gramsci, de modo a compreender como se realiza o processo de construção da hegemonia. O objeto em questão é a entidade Fundação Leão XIII, durante os anos 1947-1964, localizada no Rio de Janeiro. É durante esse período que tal entidade civil desenvolveu políticas públicas nas áreas de planejamento urbano, saúde, serviço social e educação nas favelas do Rio de Janeiro. Em conjunto com o Estado e outras entidades privadas chegou a atingir 34 favelas, sendo a maior entidade, durante esse período, a dedicar-se ao desenvolvimento de políticas públicas nesses territórios. Proponho, assim, compreender como a educação promovida pela entidade nos seus cursos profissionalizantes, alfabetizantes, palestras de orientação moral e formação de quadros locais contribuíram para a formação de uma vontade coletiva urbano-industrial subordinada. A hipótese geral é: a FLXIII forjou uma vontade coletiva, que visava a repactuação política e cultural da relação capital-trabalho, de acordo com as regras da lógica do capitalismo urbano-industrial nas favelas do Rio de Janeiro. Apresento as seguintes questões norteadoras: a) quais eram os valores intelectuais e morais contidos no programa pedagógico da FLXIII? b) por que educar os favelados? c) como a FLXIII realizou o processo de formação de uma vontade coletiva urbano-industrial dependente através da educação?

Introdução

O artigo apresenta como proposta o uso do conceito de vontade coletiva de Gramsci para compreender o fenômeno de construção de uma então nova *hegemonia*, que definirei aqui como *urbano-industrial dependente*. Essa definição se sustenta na ideia de que o capitalismo brasileiro se orientaria, a partir dos anos 1930-1940, pelo polo urbano-industrial como eixo dinâmico de seu desenvolvimento. O caráter dependente, contudo, se mantinha, de acordo com as reacomodações do pós-II Guerra, em que as pressões imperialistas dos EUA constrangiam as relações políticas e econômicas do Brasil. Utilizo a definição de Florestan Fernandes para compreender esse caráter dependente do capitalismo brasileiro:

[...] o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor substituto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pesquisador do grupo de pesquisa Nufipe-UFF. Email: vermelhocosta@yahoo.com.br

agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 1972, p. 45).

Parto do pressuposto que entre 1947-1964 se estabelecem as bases de uma guinada na reprodução do capital, assim como das formas político-culturais de operar as relações sociais no Brasil, e, por consequência, na constituição da hegemonia. É nesse momento em que o país reinventa sua tradição agroexportadora para um plano mais complexo, um rearranjo no capitalismo brasileiro que passaria a incluir estrategicamente o polo industrialista no centro da hegemonia, sem perder de vista seu caráter dependente. O capitalismo brasileiro passaria a se assentar cada vez mais nas formas de relação urbanas, tanto do ponto de vista da organização das relações de trabalho, como da realização do modo vida.

Creio que essa hegemonia urbano-industrial dependente, que definirei mais detalhadamente a seguir, foi historicamente construída de acordo com as disputas desenvolvidas no âmbito da sociedade civil, fundamentalmente na luta de classes. Houve, portanto, ações coordenadas de agências civis representativas do empresariado, da Igreja Católica e das instâncias de Estado a fim de capilarizar a intervenção na sociedade civil, em particular nas favelas. Utilizando o arcabouço gramsciano, poderíamos chamar tais agências civis de *partidos*, já que organizavam e formulavam ações políticas para conquistar posições na sociedade civil que aplacasse suas expectativas de grupo e de classe.

Para pôr esse projeto de sociedade em andamento houve a confluência de ações organizadas do poder público, empresas e Igreja Católica, mas também houve uma série de resistências populares a esse processo. O artigo terá como foco essa relação de disputa na sociedade civil, mas me debruçarei sobre a forma dos dominantes operarem a construção dessa hegemonia urbano-industrial dependente, a partir de um projeto de educação dedicada à formação de *vontade coletiva urbano-industrialista subordinada*, orientada, especificamente, às populações das favelas do Rio de Janeiro, entre os anos 1947-1964. Seguindo o referencial de Gramsci, entendo que a sociedade civil é a arena das relações de forças, ou seja, resultado de ações que objetivam readequar a hegemonia, manter a hegemonia ou estabelecer a contra-hegemônica.

Analisarei especificamente o papel da entidade civil católica Fundação Leão XIII (FLXIII) no desenvolvimento de políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro, dando destaque para a educação, compreendendo sua ação como parte fundamental para formação

dessa vontade coletiva urbano-industrialista subordinada. Por consequência, analiso como essa vontade coletiva foi fundamental para assentar as bases de uma guinada na hegemonia brasileira, que passaria a se definir pelo aspecto urbano-industrial, mas mantendo o seu caráter dependente.

O método expositivo foi organizado em três etapas: a primeira é definir o conceito de vontade coletiva e hegemonia, de modo que seja possível estruturar uma ferramenta de análise que seja passível de auxiliar na compreensão das contradições do capitalismo no Brasil, no período aqui abordado; posteriormente, apresento um breve contextualização e definição do que seria a FLXIII e, por fim, a análise do seu projeto educacional. Sustento a hipótese de que *a FLXIII forjou, através da educação de suas escolas, cursos profissionalizantes e palestras, uma vontade coletiva que visava a repactuação política e cultural da relação capital-trabalho, de acordo com as regras da lógica do capitalismo urbano-industrial, tendo as favelas do Rio de Janeiro como prioridade.*

Desta forma, apresento as seguintes questões norteadoras: *a) quais os valores intelectuais e morais contidos no programa pedagógico da FLXIII? b) por que educar os favelados? c) como a FLXIII realizou o processo de formação de uma vontade coletiva urbano-industrial subordinada através da educação?*

Fundamentos teórico-metodológicos

Como já apresentado, proponho um debate que se sustenta na produção teórica de Antonio Gramsci e Florestan Fernandes. Do primeiro utilizo, principalmente, os conceitos de vontade coletiva e hegemonia, do segundo o conceito de capitalismo dependente.

A fundamentação central da pesquisa é ressaltar a centralidade da luta de classes nas pulsões do movimento histórico, entendendo que a educação promovida pela FLXIII era parte de um amplo processo de reorganização da sociedade civil. Ou seja, as formas de organização das classes e frações de classe estavam se complexificando, de modo a forjar rearticulações junto ao Estado no contexto de uma *democracia formal restrita*, no contexto de um *liberalismo restrito*. Esse caráter do liberalismo brasileiro é assim descrito por Luís Werneck Viana:

A tradição liberal de cada oponente corta duramente com a do seu antagonista, na busca de um caminho próprio de realização. O projeto liberal dos nossos empresários [...] dependia da conquista de posições de força a partir da sociedade civil, donde pudessem contestar com folga a política do Estado. Articulados como estavam aos agrários, ao amparo de instituições burguesas edificadas por esses e da sua força político-social, podiam dispensar utopias burguesas de extração revolucionária (VIANA, 1978, p. 88).

A contradição axial do liberalismo brasileiro que se escancarava no período que aqui analiso era que, ao mesmo tempo em que se desenvolviam organizações políticas de diversos segmentos de classe e frações de classe, também se limitavam os meios de participação política. A democracia inaugurada por Eurico Gaspar Dutra é a expressão dessa condição histórica.

Para entender esse processo de desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, se faz necessário uma breve introdução teórica para fundamentar a proposta de análise aqui descrita. Gramsci, quando observa a ascensão do fascismo na Itália, se questiona sobre as forças sociais, econômicas, culturais e políticas que haviam engendrado tal sistema político, ou melhor, tal *hegemonia*. Observa em seus Cadernos do Cárcere que a hegemonia é um equilíbrio de forças que fundamenta a ordem socioeconômica, que não é apenas imposto, mas parte de um amplo processo de convencimento, o que chama de consenso. Estabelece-se uma relação dialética coerção-consenso, que tem na educação, dentre vários outros atributos da sociedade civil, um meio essencial de universalização dos preceitos intelectuais e morais que vão orientar tal hegemonia.

A realização da hegemonia é obra da ação conflitiva, mas também coordenada dos diversos partidos que atuam na sociedade civil. O moderno príncipe, como afirma Gramsci, o partido revolucionário, colocaria na disputa política os seus anseios, reunindo as experiências dos diversos aparelhos privados de hegemonia, por exemplo, sindicatos, jornais, associações de moradores, agremiações estudantis, entidades religiosas, associações patronais etc. Cada um expressando, desde aspirações corporativas, até orientações que chegam a um patamar de classe social.

Não significa uma unidade absoluta entre esses aparelhos privados de hegemonia, mas sim que o partido sintetiza as experiências em disputa para conformar sua tática e estratégia política na sociedade civil. O partido, nesse sentido, opera o complexo movimento de transformar os anseios de grupo localizados pela condição mais imediata na formação de um programa nacional e popular que responde às demandas de uma classe ou fração de classe.

Tais partidos expressam determinada vontade coletiva, de acordo com ideais morais e intelectuais, sendo postos em disputa na sociedade civil. O congraçamento de determinada vontade coletiva é a capacidade de se universalizar tal agrupamento de preceitos morais e intelectuais, não como expressão de um grupo apenas, mas como aspiração da sociedade como um todo. Esse processo se realiza mediante a relação entre sociedade política (Estado) e sociedade civil, havendo assim uma imbricação, que denominamos *Estado ampliado*. Quando se pensa a hegemonia, portanto, seria como constatar o equilíbrio de forças desse emaranhado de vontades coletivas em disputa através dos partidos.

As fontes utilizadas foram escolhidas de acordo com uma variedade de discursos que possibilitasse a observação de diferentes nuances sobre a FLXIII. O relatório da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) permite uma visão aprofundada sobre a favela e a FLXIII, contendo estatísticas e levantamentos qualitativos detalhados sobre as suas intervenções, reunindo um balanço analítico de treze anos. Os documentos da FLXIII, os relatórios de 1947 e o seu estatuto também foram bons indicadores sobre as suas aspirações pedagógicas, assim como sobre a sua forma de organização institucional. O uso da Revista Eclesiástica Brasileira visa explicitar a base teológica da Igreja Católica no período. O trabalho da Maria Luiza Moniz Aragão, a assistente social, dirigente do setor de Serviço Social da entidade, que apresentou um detalhado informe sobre os trabalhos da Fundação também foi útil para situar o papel de assistentes sociais, os relatos mais cotidianos sobre os trabalhos sociais, as aspirações da entidade e dilemas enfrentados nas favelas.

Vontade Coletiva: redefinições para a realização da hegemonia capitalista urbano-industrial dependente

Gramsci, quando refletiu sobre a realização da hegemonia, partiu dos problemas levantados por Maquiavel, quando esse se debruçou sobre as formas de realização do poder do soberano. Sua genialidade foi reconhecer que a *vontade coletiva* era uma intencionalidade política determinada historicamente, pelas pulsões objetivas e subjetivas das relações de produção da vida (GRAMSCI, 2000a, p.16). É essa concretude histórica o elemento fundamental de definição do conceito, que denota não apenas as diretrizes econômicas de um dado tempo, mas todas as relações humanas sintetizadas na forma política, em um programa de reforma intelectual e moral.

Mas como essas pulsões de vontade coletiva se realizam? Combatendo o espontaneísmo de Sorel, Gramsci reconhece que tal processo só pode se efetivar mediante uma ação coordenada pelo “moderno príncipe”, o partido revolucionário. A sua realização, portanto, responde aos dilemas do contexto histórico, mas que devem passar pela concatenação científica dos métodos adequados para fazer tal vontade coletiva se realizar na política. Não há nem uma ação refém da conjuntura (espontaneísta) nem uma meramente racional (objetivista). Na verdade, Gramsci assume que há uma agência histórica condicionada por relações de produção, delimitadas historicamente pelas condições objetivas e subjetivas de seu tempo.

O protagonismo torna-se cada vez mais popular, ligado a situação política de um modo de funcionamento da sociedade capitalista contemporânea, em que a sociedade civil

desempenha papel chave, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia e partidos. Se liga, portanto, às condições da democracia (GRAMSCI, 2002, p. 230). Gramsci observa uma forma de relação da política em que cada ação do soberano é mediada pelas repercussões da pressão popular, o que torna a vontade coletiva um meio encarnado das experiências coletivas da classe trabalhadora, delimitando a amplitude e o movimento da democracia.

A definição da democracia é o desdobramento dessa perspectiva, pois é parte da conformação da vontade coletiva, que, caso não se efetive, pode ser confinada ao despotismo burocrático. Assim, sua realização é obra de mulheres e homens no movimento vivo da história, que reúne as ações individuais num plano superior de uma coesão reformadora, capaz de transformar revolucionariamente o teor intelectual e moral de determinada sociedade. Gramsci questiona:

Mas terá existido no passado o homem coletivo? Existia sob a forma da direção carismática, para citar Michels: isto é, obtinha-se uma vontade coletiva sob o impulso e a sugestão imediata de um “herói”, de um homem representativo; “mas esta vontade coletiva era devida a fatores extrínsecos, compondo-se e decompondo-se continuamente” (GRAMSCI, 2000a, p. 260).

A liderança carismática, como vimos, é dependente do espontaneísmo, já que este tipo de vontade coletiva é calcado na formação de um “herói”, aquele que reúne em torno de si o peso da representação coletiva, mas sem que haja uma ação de direção consciente, o que para Gramsci seria a ação do “moderno príncipe”, o partido revolucionário. Sua observação ressalta a transição de um período histórico em que a vontade coletiva residia muito, para uma forma de sociedade em que o partido político seria o agente sistematizador fundamental da vontade coletiva na sociedade civil.

Seguindo a definição do conceito vontade coletiva, Gramsci anuncia a sua relação com o conceito de soberania:

1) que o legislador individual (deve-se entender legislador individual não só no caso restrito da atividade parlamentar-estatal, mas também em qualquer outra “atividade individual” que pretenda, em esferas mais ou menos amplas da vida social, modificar a realidade, segundo certas diretrizes) jamais pode desenvolver ações “arbitrárias”, anti-históricas, porque sua iniciativa, uma vez efetivada, atua como uma força em si no círculo social determinado, provocando ações e reações que são intrínsecas a este círculo, além de intrínsecas ao ato em si; 2) que todo ato legislativo, ou de vontade diretiva e normativa, deve também e especialmente ser avaliado objetivamente, em virtude das consequências efetivas que poderá ter. 3) que nenhum legislador pode ser visto, como indivíduo, salvo abstratamente e por comodidade de linguagem, porque, na realidade, expressa uma determinada vontade coletiva disposta a tornar efetiva a sua “vontade”, que só é “vontade” porque a coletividade está disposta a dar-lhe efetividade; 4) que, portanto, qualquer indivíduo que prescindia de uma vontade coletiva e não procure criá-la, suscitá-la, ampliá-la, reforçá-la, organizá-la, é simplesmente um pretensioso, um “profeta desarmado”, um fogo-fátuo (GRAMSCI, 2000a, p. 298).

Os quatro pontos acima delimitam a vontade coletiva como uma correlação de forças entre o representante, o legislador, e o seu meio social. As “ações e reações” fazem parte de um campo de possibilidades históricas. O que se segue é que cada ação política passa a ser planejada nesse campo de possibilidades, e é aí que reside a matéria-prima do partido, o substrato de ações que, planejadas e avaliadas, podem ser exitosas na realização de suas aspirações intelectuais e morais. A figura individual, portanto, é realocada num plano histórico, reconhecido como vontade coletiva apenas quando a “coletividade está disposta a dar-lhe efetividade”. Os elementos de planejamento, assim como a execução e realização da práxis são circunscritas aos conflitos entre indivíduo e coletivo. Assim, não havendo a vontade coletiva qualquer força política, seu potencial real de realização é incapaz de se tornar hegemonia.

Como já afirmado, de acordo com Gramsci, o partido sintetiza as experiências de determinada classe, assim como as determinações históricas de um dado tempo, mediante a formulação de um programa que se apropria dos anseios corporativos, mas os eleva a uma condição nacional-popular, superando as aspirações “egoístico-passionais”. O partido, portanto, tem como referência constante a noção de totalidade histórica, reunindo em seu projeto de ação todos os agentes sociais envolvidos no conjunto de relações de produção. Propõe-se a universalizar preceitos intelectuais e morais de acordo com as aspirações que o definem enquanto partido.

São os dirigentes do partido os responsáveis por conformar o programa, de maneira a transformar ímpetos espontâneos e desagregados em orientações conscientes e articuladas. Gramsci ressalta que é a experiência da luta de classes das massas o alimento dessa conversão de ação espontânea para ação coordenada em vontade coletiva. É um processo, portanto, de disciplinarização, que, coordenado pelo partido, reforma intelectual e moralmente os indivíduos da sociedade. Esse processo é altamente complexo nas sociedades que Gramsci denomina como *ocidentalizadas*, pois há uma rede de partidos e frações de partido a operar a práxis viabilizadora de determinada vontade coletiva. Uma camada de partidos ou frações de um grande partido orgânico projetam, pela cultura, um conjunto de preceitos políticos, em complemento, um núcleo de partidos, ou mesmo um único partido, arregimentam apoio e orientam de forma militar o exercício da política. Essa relação pode ser visível, principalmente nos momentos revolucionários, quando as disputas por hegemonia são mais francas, mas também pode ser implícita, de acordo com a estabilidade da hegemonia, quando os disfarces da neutralidade ou da imparcialidade acobertam as intencionalidades políticas.

Nos momentos de estabilidade, este disfarce é notório no meio acadêmico, nos meios de comunicação e no jogo eleitoral.

De acordo com o apresentado até aqui, vontade coletiva é a sistematização dos anseios intelectuais e morais de determinado grupo social, determinado partido, que acabam por se conflitar na disputa por hegemonia. Gramsci, dando continuidade a teoria de partido de Lenin, percebe que, assim como no partido, o elemento fundamental na sistematização da vontade coletiva é a ação de direção dos intelectuais. Dois tipos de intelectuais são apresentados: o intelectual orgânico, aquele capaz de garantir coesão cultural e política em torno de determinado plano de ações; e os intelectuais tradicionais, que se apresentam como independentes.

Pensando a partir desse complexo teórico é que apresento o estudo a respeito da formação de uma vontade coletiva urbano-industrial subordinada, desenvolvida pela FLXIII, nas favelas do Rio de Janeiro. Destaco a seguir como a educação foi o elemento nodal para a construção dessa vontade coletiva, e como foi parte da construção de uma mudança aguda na hegemonia brasileira, saindo de um patamar agrário dependente, para uma hegemonia urbano-industrial dependente.

Educando a favela: a formação da vontade coletiva urbano-industrial subordinada

A instabilidade urbana e as organizações civis da favela

Durante as três primeiras décadas do século XX, estruturava-se no Brasil um capitalismo industrialista tardio, que unia, contraditoriamente, o anseio pela modernidade urbano-industrial e o arcaico poder oligárquico hegemônico pelo setor cafeicultor paulista (MENDONÇA, 1986). Em 1920, ainda havia 70% da população brasileira no campo, o que empreendeu características próprias a esta modernização. A urbanização do Rio de Janeiro significava, neste sentido, mais do que remodelações técnicas, era um projeto de sociedade em construção, no qual os cortiços e as favelas deveriam ser circunscritos a uma então nova hegemonia.

As favelas representavam desde o final do século XIX motivo de ameaça à ordem vigente. Um imaginário que misturava exotismo e caos era criado a respeito desses territórios, que cresciam na medida em que a industrialização brasileira e a estrutura urbana também se ampliavam. Deu-se, portanto, um conflito entre a “cidade formal”, aquela adequada aos valores culturais europeus, urbanos e burgueses e cidade marginal, as favelas, com os seus modos de vida considerados alheios à ordem industrial moderna.

A ideia de ordem e higiene tornaram-se partes do consenso que se construiu em oposição à ampliação das favelas. Assim, as favelas deveriam ser higienizadas, removidas e

educadas para um padrão considerado superior de civilidade. Creio que a repulsa e a criminalização contra as populações das favelas sintetizavam as nuances da própria luta de classes no século XIX e XX, de elevação do protagonismo do proletariado nas lutas sociais, na ampliação da sua participação política na sociedade civil. Assim, quando os moradores das favelas se colocavam em luta pela ocupação da cidade, pela conquista de serviços públicos (saúde, educação, transporte, habitação, saneamento básico etc.) e pelo exercício do seu modo de vida, de suas práticas culturais, se desdobrava um dos conflitos mais importantes do capitalismo urbano contemporâneo: a construção de um ideal de cidadania aos favelados.

No entanto, já era possível perceber os traços desse conflito na formação dos centros urbanos brasileiros, ainda no século XIX, tendo como especificidade a relação com a força de trabalho escrava. Os cortiços, nos anos 1850/1860, eram perseguidos por ser a moradia de ex-escravos e escravos (CHALHOUB, 1996). Epidemias, barbárie moral e caos social eram associações comuns atribuídas aos cortiços, o que, paulatinamente, também influenciou a formação de um imaginário depreciativo sobre as favelas. O processo de formação de um programa de planejamento urbano modernizante se ergue tendo tais características, fazendo uso do cientificismo e da moralidade religiosa. A política de reforma urbana, portanto, era um projeto das elites para solucionar o que consideravam um problema para a manutenção da hegemonia, dado que buscavam solucionar instabilidades sociais causadas por motins urbanos e pela crescente organização política dos trabalhadores urbanos que habitavam as favelas e cortiços (CHALHOUB, 1996; VALLADARES, 2005).

É notório que, no Rio de Janeiro, por exemplo, há uma escalada de mobilizações urbanas no final do século XIX e início do século XX, quando as populações das favelas se tornavam cada vez mais protagonistas de levantes organizados. Desde a Revolta do Vintém (1880), a Revolta da Vacina (1904), diversos ataques contra a situação dos bondes e lampiões, a criação do Centro Político de Melhoramento do Morro do Pinto (1925) e da Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos (1937) são apenas alguns exemplos (MATTOS, 2008). A organização de manifestações e movimentos populares identificados como instâncias políticas classistas e territorializadas nas favelas mobilizava a sociedade civil.

O crescimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) também foi elemento importante desse processo de fortalecimento da organização dos trabalhadores nas favelas. Mais à frente, nos anos 1940, o PCB se consolidava como uma referência para as populações das favelas. Seu êxito eleitoral em 1945, obtendo a maior bancada no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2003), era expressão de um amplo movimento de resistência que se expandia nos centros urbanos. Essa influência reverberou também na organização direta de associações de moradores e centros de associação de moradores. Os Comitês Populares Democráticos (CPD) eram as

frentes amplas que, dirigidas pelo PCB, tiveram grande entrada nesses movimentos sociais de favelas, de maneira a apresentar um programa de reformas urbanas e de participação política dos moradores das favelas que demarcaria a instabilidade da transição da hegemonia que então se configurava.

É neste cenário de ascensão das lutas sociais nas favelas, de aprofundamento de projetos de modernização do centro urbano baseados em repressão, remoções e ampliação das políticas educacionais para as populações das favelas, que o PCB é posto na ilegalidade. Além disso, associações de moradores e entidades agremiadoras de associações, tais como a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), passaram a ser perseguidas e reprimidas. No entanto, além da repressão ostensiva, havia o desenvolvimento de políticas públicas e a formação de entidades privadas que passariam a ter como prioridade as intervenções sociais nas favelas do Rio de Janeiro. Entre as entidades civis, destacam-se a LBA – Legião Brasileira de Assistência (1942), o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), o SESI – Serviço Nacional da Indústria (1947) e a Fundação Leão XIII (1947), vinculada à Igreja Católica.

A educação era sistematizada nacionalmente, durante o Governo Getúlio Vargas, tendo como orientação geral principal o ethos industrialista, esboçado nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial (1942), Comercial (1943), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-1942), Escolas Técnicas Federais (1942), Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) (CIAVATTA, 2011). A seguir apresentarei como as políticas públicas foram associadas a organizações civis, tendo a educação como elemento de formação da vontade coletiva nas favelas do Rio de Janeiro, executando um programa, seguindo o arcabouço de Gramsci, *americanista*.

Políticas públicas e americanismo nas favelas

Na tarde de domingo, com a presença do prefeito Henrique Dodsworth, [...] realizou-se o incêndio da favela existente no Largo da Memória, entre os bairros do Leblon e Gávea. O prefeito Henrique Dodsworth, convidado pelo Secretário de Saúde e Assistência, ateou a chama inicial [...] (Jornal *A Manhã*, p. 2, 26/05/1942).

Durante o Estado Novo (1937-1945) foram criados os Parques Proletários (PP). Unidades de moradia popular que tinham como objetivo garantir infraestrutura urbana, assistência social, aconselhamento religioso, educação e saúde à população das favelas. Essa iniciativa era o desdobramento da experiência das vilas operárias, que, já desde o século XIX e início do XX, realizavam o controle sobre a vida dos trabalhadores através de formas de fiscalização moral e desenvolvimento de ações educacionais formais voltadas para o *ethos*

industrialista. O princípio herdado pelos PP das Vilas Operárias era a ampliação das formas de controle ou influência sobre o tempo livre do trabalhador. Estado e patronato se uniram nas formulações de políticas públicas que passariam a se debruçar sobre como educar esses trabalhadores fora de suas frentes de produção, revertendo a potencialidade de subversão, a imoralidade e o ócio do seu tempo livre em colaboracionismo de classe.

Assim como as Vilas Operárias, os PPs controlavam as formas de lazer, religião, fruição da cultura e a ampliação da educação dual para os trabalhadores enquanto política pública para a resolução dos problemas sociais das favelas. Nas vilas operárias, o trabalho era positivado moralmente, sendo o meio para atingir a felicidade através do consumo e da cooperação junto ao patronato.

Os PPs eram a realização de uma política pública para os favelados que havia sido assimilada pelo Estado, e posta reconfigurar a relação na sociedade civil, tornando a educação formal, a religião e a intervenção das assistentes sociais uma plataforma de educacional para essa população. É o resultado dessa ampliação do Estado, ou seja, da conexão entre as ações do poder público e a mediação dos aparelhos privados de hegemonia. O trecho a seguir é parte do relatório do produzido pelo médico Vítor Tavares de Moura (*apud* VALLA, 1986, pp. 36-37), diretor do Albergue da Boa Vontade, que teria como objetivo orientar as ações do prefeito Henrique Dodsworth:

- a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social;
- b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem;
- c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres;
- d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo;
- e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia. [...] Casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei, serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra a varíola, difteria, doenças do grupo coli-tífico, além de inspeção torácica e apurações de conduta social.

É nesse momento, portanto, que ocorre a consolidação de uma mudança em relação ao favelado: de vivente da barbárie, torna-se vítima da *questão social*. Há, a partir de então, uma cruzada civilizatória sobre os trabalhadores das favelas, demarcadamente organizada pelo Estado, mas em parceria com entidades civis religiosas e empresariais.

Mantinha-se no horizonte a meta de extinguir as favelas, mas para isso seria necessário educar os favelados, ao mesmo tempo em que se projetava as obras de “modernização”. Educar era formar “melhores hábitos de vida”, de modo que se aliava ações de coerção com ações educacionais. No caso dos PPs, era o controle do guarda-noturno sobre os moradores, o

toque de recolher às 22 horas, o alto-falante ditando a programação do dia seguinte, a prescrição de normas morais, o autoritarismo da administração local sobre a vida cotidiana dos moradores, a intervenção das assistentes sociais, o aconselhamento do pároco, o controle policial são alguns dos elementos dessa relação coerção-consenso permanente sobre o tempo livre dos trabalhadores (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 195-197).

O diferencial neste período é o destaque dado à educação, já que a repressão e os aconselhamentos religiosos eram práticas comuns às quais os favelados estavam submetidos. Essas intervenções educacionais, no entanto, eram estabelecidas em orgânica relação com a Igreja Católica, tendo em vista universalizar os princípios de moralidade familiar, devoção religiosa e submissão perante o poder público e aos patrões. Cumpriam um papel importante de forjar um consenso de pacificação de classes. A Igreja Católica, por exemplo, organizava as atividades no solário, a escola pública, o escotismo, a biblioteca, o diálogo com as assistentes sociais, além da influência do pároco no cotidiano dos moradores (VALLA, 1986). A organização de trabalhadores era tutelada pela Igreja Católica no intento de forjar uma vontade coletiva dócil ao projeto urbano-industrial dependente.

Gramsci, observando as transformações operadas nas fábricas estadunidenses, compreendeu o quanto a consolidação do capitalismo fordista-taylorista nascia na fábrica, mas se espalhava pela sociedade, entranhando-se na cultura popular, nos seus modos de vida. Esse processo designa o imperativo da lógica do capital industrialista à forma de vida dos seres humanos, o que seria o americanismo.

Segundo o autor sardo, aquele processo só foi possível mediante a ação de uma burocracia intermediária capaz de atenuar os conflitos entre os desmandos gerenciais da produção e as necessidades básicas de reprodução da vida, os anseios dos trabalhadores. Uma mediação que se propunha a educar para um novo padrão de sociabilidade industrialista. Essa internalização de valores ético-morais taylorista-fordista seria a base para a formação do “novo homem” urbano, tendo como referência o consumismo e o trabalho assalariado como realização natural e inevitável da existência humana. Sobre este processo Gramsci afirma,

As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 1996, p. 398).

Esse ato de tornar o equilíbrio “interno”, ou seja, parte da subjetividade do trabalhador é parte da formação de uma hegemonia, que tinha na lógica da fábrica a sua referência

fundacional. A alienação do ato de produzir era transferida também para o ato de viver, de controlar o seu próprio tempo livre. A educação, nesse bojo, passa a ser um veículo desse processo de formação de uma vontade coletiva urbano-industrial, que não deveria ser obedecida, mas acima de tudo, internalizada, naturalizada e vivida como único fim.

Trazendo estas reflexões de Gramsci para a realidade das favelas no Brasil é possível notar que, a partir de Vargas, ocorre a sistematização mais complexa das ações destinadas a educar os favelados formal e informalmente, buscando atingir esta moralidade “fora do trabalho”, que se conformasse com a lógica social urbano-industrial que se erigia. Os PPs são um bom exemplo, que a FLXIII herdaria algumas características. A formalização das relações trabalhistas, a edificação de um ideal de progresso baseado na industrialização, a moralização das relações sociais e normas de controle político sobre os trabalhadores tornavam-se elementos cruciais para o estabelecimento de políticas públicas nas favelas, a realização de projetos de urbanização mediante a construção de moradias populares, mas também sobre a promoção de intervenções educacionais específicas aos favelados.

A FLXIII e vontade coletiva subordinada

As favelas do Rio de Janeiro, nos anos 1940, cresciam vertiginosamente e eram um campo ainda pouco explorado nas intervenções de Estado. É bem verdade que já havia intervenções de Estado e da própria Igreja Católica, mas eram ações tópicas, desarticuladas e sem um programa educacional e de planejamento urbano definido. As institucionais católicas, por exemplo, já se faziam presentes nas favelas através das paróquias e grupos religiosos locais desde o início do século XX, mas as intervenções eram aos moldes tradicionais, tendo resultados de impacto reduzido.

A preocupação com a população proletária, aliás, já vinha sendo orientação da Igreja Católica desde a Doutrina Social Eclesiástica, que tinha como referência a Encíclica *Rerum Novarum* (1891). Defendiam a aproximação da Igreja Católica aos trabalhadores e tinham no Bispo Dom Jaime um ilustre defensor, formulador e líder público desta política. O Manifesto do Episcopado (1945), escrito por ele, criticava ferozmente os descaminhos da modernidade: “os salários injustos eram devidos à cobiça de lucros excessivos”. E avisava que “a elevação do proletariado, na sociedade contemporânea, é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais” (REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945, p. 709).

Centrando esforços em combater o comunismo e os desvios liberais da modernidade, Dom Jaime², organizou junto ao Governo Federal as bases legais para o surgimento da FLXIII, que teria como tarefa desenvolver políticas públicas nas favelas e combater tais desvios morais. O Decreto Presidencial nº 22.498, de 22 de janeiro, de 1947 permitia a Prefeitura do Rio de Janeiro o início da entidade e expressava a coesão do governo, setores empresariais urbanos e a Igreja Católica em torno de um projeto de planejamento urbano, educação, saúde, auxílio jurídico e assistência social específico aos favelados.

Apesar de se definir como entidade civil, a Fundação tinha algumas particularidades interessantes. A sua direção colegiada era composta por um representante da Ação Social Arquidiocesana, um do Abrigo Cristo Redentor e um membro da prefeitura do Distrito Federal. Havia uma junção entre o público e privado na parte administrativa e na forma de financiamento, já que as subvenções teriam como origem a prefeitura, União, doações públicas e particulares. União, Prefeitura do Rio de Janeiro e entidades privadas se articulavam com amplo apoio da grande mídia em torno de um projeto para educar as favelas.

A FLXIII deveria produzir pesquisas científicas capazes de subsidiar o planejamento das políticas públicas nas favelas. A partir desses estudos prescreviam as ações que deveriam superar os desvios morais e materiais das famílias: Serviço Social, Educação, Saúde e Organização Social da Comunidade. Além disso, questões jurídicas sobre habitações, assim como, o controle sobre a reforma e construção de casas também eram atribuições da entidade.

O trecho a seguir apresenta os princípios da FLXIII apontados pelo seu estatuto. Mais do que afirmações gerais de princípio, tomo tais definições como base de sua concepção política sobre a favela, como parte do seu projeto pedagógico. Nos seus projetos sociais definiam-se os métodos de trabalho, mas, acima de tudo, a própria noção do que seria o favelado, e mais que isso que educação deveria ser realizada para atender a demanda de realização da cidadania desta população. Assim afirma:

Antes de tudo ganhar confiança dos favelados na base da educação social, com um seguro critério de sinceridade [...] estabelecer no coração das favelas um Centro Social, que atenda às necessidades de saúde, educação... Tomar contato com o povo prestar-lhe serviços, “convencer” pela dedicação, até ganhar palmo a palmo a confiança da família... E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos “trabalhadores sociais” com os moradores das favelas será possível fazer-se um “dossiê” verídico de cada favela cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer resolver (Fundação Leão XIII, 1955).

² Notório quadro católico e membro da junta interministerial do Governo Gaspar Dutra, que debatia a questão das favelas no Rio de Janeiro (VALLA, 1986).

A “confiança” mencionada pela entidade era o elo fundamental para o início das ações educacionais, que seriam executadas pelos Centros de Ação Social (CAS). Essa aproximação, apesar da consideração da pobreza dos favelados como uma questão social, ainda se sustentava numa visão imbuída dos ecos das concepções higienistas e o remocionismo. Assim, a comunidade era convidada a se educar e motivar a abraçar estes pontos de sua orientação.

Uma mudança importante era que as ações, a partir da FLXIII, tornaram-se políticas públicas permanentes, que teriam a colaboração dos moradores das favelas, enquanto mutirão. O relato da assistente social Maria Muniz Aragão, diretora da FLXIII, esclarece sobre esse comunitarismo incentivado pela entidade aos favelados:

Paralelamente ao Centro de Ação Social, porém, supervisionado por ele, pretendemos fundar uma agremiação capaz de congregar todos que vivem em torno do CAS, e de lhes proporcionar a oportunidade de participarem ativamente da direção de uma obra destinada ao bem comum: essa obra será a associação de moradores da favela. Sua atividade principal será cuidar do bem-estar coletivo, organizando em colaboração com o CAS, campanhas educativas, financeiras, inquéritos etc., a fim de conhecer e resolver problemas inerentes à população de que fazem parte (ARAGÃO, 1947, p. 268).

A educação proposta pela FLXIII era dedicada a criar um sentimento de coesão entre entidade e comunidade, tendo em vista que o seu projeto de planejamento urbano nas favelas passava pela participação dos moradores de maneira subordinada, ou seja, como executores das orientações vindas da FLXIII. A colaboração com o CAS era a efetividade de uma ação positiva de cumplicidade que viabilizaria o processo pedagógico proposto através de seus cursos profissionalizantes, escola regular e palestras morais. É definida essa comunhão como “bem comum”, que seria uma forma de ativismo da população local em que as diretrizes vinham da FLXIII, o que seria o único caminho para superar as dificuldades sociais da favela. A educação e a organização política subordinada eram, portanto, a forma de tornar a vontade coletiva em gestação algo a ser, não apenas imposto, mas assimilado culturalmente pelos favelados.

A educação, na visão da FLXIII, é um atributo civilizador, promotor de cidadania, mas também de uma regeneração moral e material. Seria capaz de garantir aos favelados os conhecimentos científicos acumulados socialmente, mas também os hábitos morais consagrados pelo capitalismo urbano industrial e os aspectos religiosos católicos. A perversão espiritual e moral das favelas seria superada por esta educação. A Fundação assim afirmava:

“estamos certos de que o ‘problema da favela’ é eminentemente o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições, etc., são males de um povo” (FUNDAÇÃO Leão XIII, 1955, p. 31).

O “problema favela” seria, portanto, solucionado pela educação, sendo a escola a base dessa transformação na vida dos moradores. A moral, a religiosidade e a situação material são questões a serem trabalhadas na educação, que seria responsável pelo desenvolvimento social local. Interessante observar que a barbárie da favela é definida por diversos aspectos como: dificuldade material, ambiente de doenças e falta de higiene, assédio de “ideologias exóticas” (comunismo e toda forma de mobilização política autônoma), as práticas tidas como libertinas (poligamia, não oficialização do casamento, não assumir filhos, confusão sobre o papel da mulher e do homem dentro da concepção de família tradicional católica). Como se pode observar, havia uma agenda conservadora lastreada na moralidade católica, mas também havia uma ação pedagógica positiva de convencimento dedicada a ampliar conhecimentos e cidadania.

A FLXIII buscava a todo custo garantir um monopólio sobre a orientação intelectual e moral às famílias das favelas. A noção de família tradicional deveria ser revigorada, a fidelidade à Igreja Católica deveria ser reconduzida (em oposição ao crescimento dos evangélicos e do sincretismo religioso) e o controle político deveria afastar a influência de comunistas, reformistas, políticos clientelistas e toda forma de mobilização política autônoma.

Esse exercício de produção de uma educação fundadora de uma vontade coletiva urbano-industrial subordinada deveria, portanto, mediar as intervenções do Estado nas favelas do Rio de Janeiro, a partir da capilaridade da FLXIII na sociedade civil. As ações de controle social passariam a ser complementadas por uma modalidade de educação popular conservadora, ajustada aos ideais de industrialização, urbanização, formando uma pactuação de classes. Era, portanto, a formação de uma vontade coletiva que deveria sustentar a hegemonia urbano-industrial dependente que estava em desenvolvimento, de acordo com a reacomodação capitalista da época.

Tratando das ações educacionais da Fundação, é possível observar um projeto amplo, que deveria se ocupar de todos os estratos da comunidade, das crianças, aos adultos do sexo masculino e feminino. Havia a escola Maternal (2 a 4 anos); Jardim de Infância (4 a 7 anos) e Ensino Primário (7 a 14 anos). A Educação Profissional, chamada de Ensino Artesanal, ocorria em “oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar” (SAGMACS, 1960). Abaixo, a descrição dos cursos da entidade de acordo com estudo da SAGMACS,

A Fundação Leão XIII mantém, em algumas favelas, escolas artesanais que visam a suprir essa deficiência. Tratando-se de importante experiência pedagógica, pareceu-nos interessante conhecer, pelo menos através de uma unidade, a maneira como está sendo feita. Na Barreira do Vasco, o Centro Social da Fundação mantém uma escola artesanal deste tipo para meninos e meninas (SAGMACS, 1960, p.30).

As escolas artesanais educavam para o trabalho, o que seria uma forma de combater os vícios, a imoralidade e ócio causado pela preguiça. A formação, portanto, era dedicada a dar os fundamentos da escrita e da matemática para destinar esses estudantes para ofícios de baixa qualificação, mas também para revigorar a prática do catolicismo, que, pelos relatos, parecia estar em decadência.

Seguindo, a entidade define a sua perspectiva educacional:

A educação liberta o homem de si mesmo e o prepara para uma vida melhor. A educação deve abranger o Ensino Primário para todos, o Ensino Pré-vocacional para os menores de ambos os sexos, de 10 a 14 anos, o Ensino Doméstico para as moças e mães de família. Alfabetização de adultos para maiores de 14 anos. No plano propriamente de orientação moral, espiritual e cívica, se impõe um trabalho que atinja a todos: homens e mulheres, velhos e crianças, rapazes e moças [...] (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p. 15).

O discurso considera a educação como redentora, afinal seria libertadora e fomentadora de um “senso de responsabilidade”. A precária situação social dos favelados seria obra de seus desvios e a educação seria a solução. Além disso, a FLXIII coloca a questão de gênero como parte importante de suas formulações, pois estava dedicada a criar entre os favelados uma noção superior de família tradicional, o que significa dizer que a educação doméstica seria capaz de formar “moças e mães de família”. Eram conduzidas, assim, à função de organizadora da família e às profissões que exigiriam o perfil materno, tal como cozinheiras, enfermeiras, educadoras de crianças etc. Aos homens, no entanto, ficava destinado o trabalho fabril.

Na fotografia publicitária da FLXIII é possível observar alguns traços da proposta educacional:



Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII– Serviço de Educação e Cultura - 1947.

A escola acima, Carmela Dutra, fica localizada na Barreira do Vasco, uma das principais intervenções da FLXIII. Na região, a tensão em relação ao PCB era grande, onde o partido atuava através de um Comitê Popular Democrático. Naquela favela, a Fundação formou um amplo projeto de mutirões de construção de moradias populares, entre outras políticas públicas. Analisando a foto, pode-se observar uma expressiva noção de cidadania defendida pela FLXIII. Primeiramente, essa cidadania ela seria um projeto de futuro, que depositava nas crianças a esperança de mudança da situação das favelas. As crianças estariam se “perdendo” nas favelas; por isso, deveriam ser “salvas” pela obra das escolas. Haveria uma

bondade em forma de “semente” em cada criança, que deveria ser fecundada pela escola. Essa bondade fecundada seria a cidadania, expressa em dois pontos fundamentais: a “vida cristã” e “patriotismo”. O primeiro refere-se à devoção religiosa católica, mas também a noção de família tradicional, regrada de acordo com a moralidade patriarcal. Por sua vez, o patriotismo seria o sentimento de coesão social em oposição ao comunismo, que ganhava cada vez mais a simpatia da população das favelas – que se mostrou na expressão eleitoral do PCB e na ampliação do seu trabalho de base nessas localidades.

A infância era reconhecida pela FLXIII como o setor menos pervertido das favelas, assemelhando-se a uma espécie de catequese urbana, já que as crianças ainda não teriam sido tomadas pelos desvios morais dominantes nas favelas. A entidade aposta que no futuro, os filhos dessas crianças “não nasçam em barracos” e não repliquem as práticas culturais bárbaras de seus pais. Ainda sobre esse tema a Fundação afirmava:

A criança favelada é um retrato fiel desse binômio trágico de miséria e ignorância em que vive ou sucumbe a infância brasileira nos diversos recantos do país. No ambiente sórdido das favelas, a vida das crianças é um milagre que a Ciência não explica. Porque lá se reúnem e se acentuam todas as condições desfavoráveis à vida. A fome, a imundice, a promiscuidade, o vício, a tara, o abandono, todas essas formas de miséria e de sofrimento anulam as resistências orgânicas e transformam essas pobres e infelizes crianças em farrapos humanos que se arrastam nas sombras desconfortantes da doença e da dor, do vício e da perdição, numa vida brutal e sem encantos (FUNDAÇÃO LEÃOXIII, 1955, p. 91).

A representação da infância nas favelas realizada pela entidade assemelha-se ao Apocalipse bíblico, algo que não é casual, mas sim uma delimitação entre bem (Igreja, Estado, empresas) e mal (comunistas, promiscuidade, sujeira e doenças). Dessa dualidade cristã cria-se um imaginário de que a favela seria a Sodoma e Gomorra da urbe moderna. Não ser educado pela Fundação é acabar como estátua de sal, condenado pelos seus desvios morais. A educação, destarte, é um meio salvador, disciplinador e moralizador para a formação de uma cidadania dos favelados, que tem na dignificação do trabalho assalariado, na aceitação da segregação espacial, na conciliação de classes, no patriotismo e no cristianismo seus pilares.

Conclusão

De acordo com o exposto, a Fundação surgia como mediadora dos conflitos que surgiam nas favelas do Rio de Janeiro, como parte de um projeto amplo de formação da cidadania dos favelados. São dois pontos por demais amplos, mas que nessa conclusão apresento alguns de seus preceitos principais.

Primeiro é o esforço da entidade em “recatolizar” a população das favelas. O sincretismo religioso e o crescimento de evangélicos e espíritas eram pressões que tornavam a FLXIII um canal de recondução de fiéis para a Igreja Católica. O acirramento das lutas sociais nas favelas era outra questão fundamental, pois as associações de moradores se proliferaram, muitas influenciadas pelo PTB e o PCB. Ou seja, a autonomia política dos favelados era algo a ser combatido, principalmente no que se refere à influência do PCB, mediante o trabalho de base do CPD. A corrida eleitoral em busca do voto dos analfabetos que pudessem ser alfabetizados foi um fator importante dessa disputa de influência nas favelas – considerando que os analfabetos não tinham direito a voto.

A FLXIII, portanto, formulou e executou uma proposta de educação aos favelados disposta a forjar uma vontade coletiva urbano-industrial subordinada, ou seja: *1) urbana, por afeita aos preceitos da lógica urbana de segregação espacial entre as classes sociais; 2) industrial, por referendar uma noção de trabalho adequada a lógica industrial de assalariamento, formalidade jurídica, produtividade e qualificação da força de trabalho; 3) subordinada, por educar para harmonização dos conflitos de classe, subordinando as formas de participação política dos trabalhadores favelizados às instâncias da entidade e do Estado.*

O ano de início da FLXIII, 1947, foi um período de um elevado número de remoções em favelas, assim como de grande resistência dos favelados, o que mostra o quanto a entidade estava orientada a equacionar essa contradição do modelo de desenvolvimento capitalista urbano-industrial dependente que se operava. Era nesse mesmo período que a democracia formal, com o sufrágio universal vigorava, o que levou instabilidade para a transição de hegemonia.

As favelas deveriam ser educadas para um modelo de cidadania subordinada, que tinha como objetivo restringir a autonomia política, de maneira a controlar as associações de moradores (pela educação ou pela força) e impedir a relação com os comunistas. A agenda de políticas públicas projetadas pela FLXIII nas áreas de educação, saúde, moradia, auxílio jurídico deveriam circunscrever uma vontade coletiva dócil a esse modelo de cidadania subordinada. Essa mediação entre Estado, empresas e Igreja Católica mostram a coesão em torno de uma educação que edificasse essa vontade coletiva urbano-industrial subordinada.

A contradição da FLXIII era justamente exercer essa mediação, pois, se por um lado, exercia ações que deveriam promover melhorias sociais locais nas favelas tendo a educação e a religião como formas de convencimento, mantinha-se a orientação higienista, remocionista e autoritária sobre os favelados. O controle sobre as associações de moradores, as remoções, a fiscalização sobre os costumes locais, a proibição de reformas e construções nas favelas fez pesar sobre a entidade forte oposição dos moradores. Apesar disso, a entidade conseguiu

executar remoções, obras de planejamento urbano e ações de controle cotidiano que tinham na educação sua força produtora de vontade coletiva subordinada. Algo visto na colaboração de muitas associações de moradores com as diretrizes da entidade, como por exemplo, a formação de mutirões, tal como ocorreu na Barreira do Vasco.

A vontade coletiva urbano-industrial subordinada promovida pela educação da FLXIII pode ser resumida nos seguintes tópicos: comunitarismo na resolução de problemas sociais (formação de mutirões); moralidade cristã (monogamia, devoção católica, valorização da família tradicional); nacionalismo, civismo como higiene, formação de quadros médios ou burocracia intermediária (as lideranças locais das associações de moradores).

A FLXIII seria uma entidade civil híbrida, que traz na sua estrutura relações com o poder público, assumindo tarefas de políticas públicas, sob orientações do Estado, mas ao mesmo tempo, com certa autonomia civil católica. O que mostra o caráter da ampliação do Estado no Brasil, que ainda trazia as marcas da preponderância católica nas ações públicas, contrariando a inspiração republicana clássica de laicidade. Mostra ainda, contraditoriamente, o quanto o Estado necessitava da Igreja Católica para construir legitimidade nas favelas na produção de uma nova hegemonia.

Creio que esta seja a contradição seminal que pode ser definida como um elo importante para compreender o complexo processo de abertura da sociedade civil brasileira, no seu liberalismo restrito. Assim como o método público-privado de desenvolver políticas públicas nas favelas, tendo como necessária a mediação de organizações civis para a produção de consenso através de ações educacionais. É provável que essa vontade coletiva urbano-industrial subordinada seja uma das bases das formas de mobilização política dos favelados na sociedade civil.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente Desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo, Cortez, 2003.

CHALHOUB, de Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CIAVATTA, M. “A Cultura do Trabalho e a Educação Plena Negada”. *Revista Labor*, n.5, v.1, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GRASMCI, Antonio. “Americanismo e fordismo”. In: *Idem. Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000b.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

LEEDS, Antony; LEEDS, Elisabeth. *A Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

NEVES, Lúcia Maria W. (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Editora Xamã, 2005.

VALLA, Vicent. *Educação e Favela*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia. *A Invenção da Favela*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

VIANA, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Fontes

Abrigo do Cristo Redentor. <http://www.abrigodocristoredentor.com.br/>. Data de acesso: 25/01/2014.

ARAGÃO, Maria Luiza Moniz de. Informe sobre as Atividades da Fundação Leão XIII. Teses Apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social, 1947, pp. 260-276.

CAPÍTULOS da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

Decreto nº 22.498, de 22 de Janeiro de 1947. Câmara Federal dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22498-22-janeiro-1947-341184-publicacaooriginal-1-pe.html>. Data de acesso: 21/01/2014.

Encíclica Rerum Novarum. 15 de Maio de 1891, http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Data de acesso: 07/02/2014.

FUNDAÇÃO Leão XIII. Estatutos da Fundação Leão XIII. Rio de Janeiro, 1947.

_____. Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 e 1954. Rio de Janeiro, 1955.

_____. Uma visão sócio-histórica. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII. Novembro, 1995.

_____. Relatório de atividades – 1975/1978. Rio de Janeiro, s/d, mimeo.

_____. Morros e favelas: como trabalha a Fundação leão XIII. Notas e relatórios de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950.

Jornal A Cruz. 29 de janeiro, 1947.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo de Favelas: aspectos gerais. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/Secretaria Geral do Interior e Segurança/Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA, 1945. Allocução: Círculos Operários.

SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960. Suplemento especial.